

O Conflito e a História na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel

Ricardo Manoel de Oliveira Moraes

Mestrando em Filosofia pela UFMG

ricardo_mom@hotmail.com

RESUMO. O artigo pretende articular o problema do conflito e o papel da história no âmbito da política, contrapondo o pensamento de Guicciardini e Maquiavel. Este, por um lado, defende que o conflito político é uma categoria própria à vida em sociedade, que marca a oposição dos desejos dos patrícios e da plebe, podendo, inclusive, ocasionar a liberdade, atribuindo ao conhecimento histórico um papel crucial na formação do estadista. Já Guicciardini examina o conflito político como algo negativo, a ser evitado, e a experiência política se mostra de muito maior importância que o conhecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito, História, Liberdade.

ABSTRACT. The article attempts to articulate the problem of the conflict and the role of history in the politic, counterpointing the thought of Guicciardini and Maquiavelli. The second one understand that the political conflict is a category of the life in society, and marks the opposition of the desire of the noble and the people and, even, lead to freedom, and the historic knowledge has an important role in the statesman's education. But Guicciardini exam the political conflict as something that must be avoided, and the politic experience is much more important than the historic knowledge.

KEYWORDS: Conflict, History, Liberty.

Introdução

O presente artigo pretende examinar o problema do conflito político no âmbito da teoria política republicana, bem como o papel que a história possui na formação do estadista, contrapondo os pensamentos de Maquiavel e Guicciardini.

Assim, será examinado, primeiramente, o pensamento de Maquiavel. O Secretário Florentino concede ao conflito um aspecto positivo, que pode ser evidenciado, principalmente, na Teoria dos Humores. Para ele, existe, na esfera pública da sociedade, uma estrutura binária, marcada pelos desejos dos grandes (que é oprimir) e da plebe (que é de não ser oprimida). Quando esses desejos se opõem em circunstâncias políticas favoráveis, podem ocasionar a liberdade. Portanto, o conflito é a categoria política com a qual se pode alcançar a liberdade, caso a conjuntura da corpo social seja adequada.

Maquiavel, para demonstrar sua tese, recorre ao exemplo romano, que, para ele, é paradigmático para que se compreenda o modo como se deve constituir uma república e

grandiosa. Assim, aqueles indivíduos que se dedicassem à vida política devem conhecer a fundo o ocorrido em Roma, detendo profundos conhecimentos históricos, tendo em vista que os fatos tendem se repetir e a habilidade para lidar com eles envolve o conhecimento do passado. Maquiavel concebe a história como um ciclo.

Já Guicciardini, em seu pensamento político, sustenta que o conflito deve ser evitado a qualquer custo, pelo fato de ser prejudicial ao corpo social. A unidade política deve ser conservada e uma estrutura de oposições e divisória da sociedade não é compatível com seu sistema de pensamento.

Além disso, Guicciardini concede à história um papel acessório. Para ele, o estadista deve ser experiente e os conhecimentos teóricos e históricos não são importantes na atuação política. O estadista deve saber analisar as circunstâncias concretas do momento político presente, muito mais que conhecer fatos passados.

Para este filósofo florentino, o estadista seria como o médico, que deve dar à cidade o que ela necessita de acordo com suas circunstâncias específicas, assim como o médico trata seu paciente levando em conta seu estado clínico, e não com teorias abstratas. Dessa forma, em vista da análise circunstancial, o conhecimento histórico possui um caráter secundário. Guicciardini concebia a história de forma linear, não cíclica, razão pela qual o agir político não deve espelhar-se em um paradigma passado.

A Teoria dos Humores de Maquiavel

No âmbito do pensamento maquiaveliano, o problema do conflito político pode ser vislumbrando na Teoria dos Humores. Vale ressaltar que o exame deste capítulo será embasado na obra de Maquiavel²⁰³, e em algumas obras de comentadores, quais sejam: o artigo *Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade*, de Helton Adverse; a dissertação de mestrado de Marcelo de Paola Marin, intitulada *Maquiavel e Guicciardini: liberdade cívica e discórdias civis*.

Dessa forma, o pensamento de caráter republicano e conflitivo de Maquiavel será evidenciado enaltecendo o antagonismo presente na vida civil, a “‘indissociável sociabilidade’ que une e separa os homens vivendo em um regime político marcado pelas incessantes confrontações das forças sociais”²⁰⁴.

²⁰³ Maquiavel, no decorrer de sua obra, não examina essa questão dos humores com um caráter sistemático, fazendo referência a esse tema, principalmente, nos seguintes momentos de sua obra, que serão utilizados neste artigo: 1) capítulo IX de *O Príncipe*; 2) capítulo 4 do Livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; 3) capítulo 1, Livro III da *História de Florença*.

²⁰⁴ ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*. Trans/Form/Ação, v. 30, p. 33-52, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013, p. 35.

Assim, partindo do pressuposto de que Maquiavel concebe a política em termos de enfrentamentos e marca sua teoria com o conflito, pode-se dizer que ele concebe a ação pública em termos de instabilidade estrutural, própria do espaço da *polis*. Foucault, em *História da Sexualidade I: A vontade de saber* expõe que:

É nesse campo das relações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. (...) E (...) é verdade que Maquiavel foi um dos poucos – e nisso estava certamente o escândalo de seu cinismo – a pensar o poder do Príncipe em termos de relações de força (...).²⁰⁵

A ordem política nas cidades é definida pela oposição radical entre os desejos ou humores que animam os seus habitantes. Somente a partir dessa oposição, caso ela ocorra em circunstâncias especiais, pode haver a liberdade. O termo humor designa as disposições dos homens que convivem na sociedade, sendo utilizado algumas vezes em um caráter negativista, como significado de inclinações partidárias e ódio. Mas o sentido mais usual é para explicar a oposição entre o povo e os grandes: em toda cidade existem dois humores, o dos grandes, que quer oprimir o povo, cada vez mais ampliando seu poder, e o do povo, que não quer ser oprimido.²⁰⁶

Na medida em que esses humores se confrontam, pode-se originar uma república, um principado ou a licença. Havendo o equilíbrio entre essas formas de governo, chega-se a um misto, no qual cada humor encontra sua parte de representação e poder, sendo instituído, concomitantemente, um principado, um Senado e uma forma representativa do povo. Segundo Maquiavel, esse equilíbrio teria sido atingido em Roma.²⁰⁷

Para que a formação republicana livre se concretizasse na república romana, foi essencial a desunião entre o povo e o Senado, pois desses conflitos nasceram boas leis e instituições equilibradas. Entretanto, tudo aquilo que nasceu da desunião não pode ter sua origem apagada, tendo em vista que os humores continuam a existir como polaridades e se enfrentando institucionalmente na república.²⁰⁸ Mesmo que haja certa tendência em recriminar os conflitos ocorridos em Roma, deve-se, antes, vislumbrar o fato de que desses tumultos originaram-se boas leis e instituições.

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.92.

²⁰⁶ ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 36.

²⁰⁷ Maquiavel tem como exemplo de uma república paradigmática aquela desenvolvida pelos romanos. Dessa forma, ele dedica boa parte de sua obra fazendo considerações acerca das instituições, leis e conflitos romanos. Tendo em vista que sua concepção de história existe um certo caráter de retorno, não é contraditório pensar a política de Florença, para ele, tendo como exemplo Roma. Cumpre ressaltar que Guicciardini irá criticar esse tipo de exame, conforme será visto mais à frente.

²⁰⁸ ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 37-38.

Quanto a isso, vale lembrar a descrição de Maquiavel quanto ao surgimento dos tipos de repúblicas que não nasceram submetidas a nenhuma outra cidade: “algumas receberam leis, em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram editadas por Licurgo aos espartanos – e outras as receberam ao acaso e várias vezes, segundo os acontecimentos, como ocorreu com Roma”.²⁰⁹ Assim, pode-se dizer que foram sortudas as repúblicas que foram ordenadas por um homem prudente e, em certa medida, infelizes aquelas que, não tendo encontrado esse ordenador, precisaram ordenar-se por si mesmas.

E destas é ainda mais infeliz aquela que se encontra mais afastada da ordem; e mais afastada se encontra aquela que, com suas ordenações, está de todo fora do caminho reto que a possa reconduzir ao fim perfeito e verdadeiro. Porque é quase impossível às que se encontram neste grau reordenar-se [*rassetino*] graças a algum acontecimento: as outras que, se não têm ordenação perfeita, pelo menos têm um princípio bom, passível de melhorar, podem vir a tornar-se perfeitas graças a algum acontecimento. Mas é bem verdade que nunca se ordenarão sem perigo; porque os homens, em grande número, nunca anuem a uma nova lei que tenha em vista uma nova ordem na cidade, a não ser que lhes seja mostrado, por alguma necessidade, que é preciso fazê-lo (...).²¹⁰

Quanto a Roma, mesmo que ela não tenha tido um início ordenado e de boas leis, devido a uma enormidade de acontecimentos que ocorreram em razão da desunião entre a plebe e os grandes, as boas instituições nasceram.

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a gríta que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma. (...) E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública.²¹¹

Quando os grandes tentaram ampliar ainda mais seu poder encontraram resistência popular, o que acarretou tumultos e ocasionou boas instituições, leis e liberdade nessa república. Por essa razão, Maquiavel concede um sentido positivo à questão dos humores em conflito, pois isso teve como efeito a liberdade e toda a força da república romana.

Os problemas teóricos que surgem são de determinar a natureza desses humores e, ainda, todos os efeitos que podem vir a surgir desses enfrentamentos. Isso porque, além de efeitos

²⁰⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 12-13.

²¹⁰ _____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 13.

²¹¹ _____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 21-22.

republicanos, pode ser que os conflitos acarretem o rompimento do corpo social, caso as circunstâncias não sejam apropriadas para que irrompa a liberdade.

No que diz respeito à natureza dos humores, o desejo dos grandes é positivo e determinado, pois quer oprimir. Já o desejo do povo é indeterminado, por querer, apenas, não ser oprimido. Mas, daí, inferir que esse desejo seria negativo não é correto, tendo em vista que tal conclusão acarretaria o esvaziamento do desejo do povo de caráter político, já que o lado popular não objetiva o poder, mas, somente, não ser tomado por ele.

Além disso, essa concepção negativa do humor do povo coloca em dúvida as próprias convicções republicanas do autor, passando Maquiavel a ser visto como pensador da dominação. O humor popular não pode ser desprovido de qualquer conteúdo político, pois os homens se apegam ao modo de vida político, participativo, e dele não abrem mão, o que pode ser apontado como um *ethos* da liberdade, consistindo no encontro dialético entre o desejo do povo e a liberdade.²¹²

O *ethos* político da liberdade não pode ser apreendido apenas de modo negativo, na medida em que envolve um princípio de ação. Um exemplo disso é a rebelião promovida pelo povo, que indica claramente uma perspectiva ativa, envolvendo a ação ativa do humor da plebe em caráter de resistência à dominação. Caso um príncipe tenha o desejo de dominar uma república habituada a ser livre, irá encontrar uma situação delicada, tendo ou que destruir a cidade ou ser destruído pela rebelião.

A rebelião como instituto político de conflito é uma forma de resistência ativa e positiva, na qual é possível vislumbrar claramente a ação do povo na vida pública, propiciando o *ethos* da liberdade.

Marcelo Marin explica que, quando se leva em conta que nenhuma sociedade viveu sem conflitos, uma sociedade absolutamente entregue à paz não passa de uma ficção, que ignora a real condição humana. A originalidade do pensamento do autor florentino estaria na sua afirmação de que a maldade e luta dos homens pode sim culminar em boas instituições e que a liberdade não é algo que existe por si só, mas é fruto de uma perpétua e dinâmica tensão social.²¹³

A ordem política de uma cidade é definida a partir da oposição entre os desejos que animam os cidadãos e a possibilidade de se chegar à liberdade. Esta, por sua vez, pode ser compreendida em duas esferas: a primeira, basicamente negativa, entre as cidades, quanto ao jogo

²¹² ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 37.

²¹³ MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini: liberdade cívica e discórdias cívicas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007, p. 22.

de independência entre elas; a segunda, concerne à ordem interna da cidade e à sua vida institucional, principalmente no que tange a viver livremente sob boas leis e ordenações, elaboradas com maior ou menor participação popular. Esta liberdade é a republicana, que ocorre onde quem governa não é somente uma classe, mas todo o corpo social.²¹⁴ Para que se possa compreender a liberdade nessas esferas como consequência do conflito político, deve-se fazer algumas considerações acerca dos humores, o que é feito por Maquiavel mediante o exemplo da república romana.²¹⁵

Primeiramente, cumpre ressaltar que tanto a vida livre quanto a servidão estabelecem hábitos no povo: as repúblicas tem apreço à liberdade e lutam para que ela seja mantida, fazendo com que também seja preservada a liberdade externa, por um princípio de simetria; já os povos habituados à servidão, mesmo que cheguem a conquistar a liberdade, não terão capacidade para sua manutenção.

Devido a isso, na medida em que Roma era composta por um povo habituado à liberdade, que prezava por sua liberdade interna, ela detinha liberdade externa. Além disso, a instabilidade interna e a liberdade externa levaram a república romana a dominar outros povos para lhes proporcionar liberdade interna, isto é, uma república inclinada a dominar os demais povos, mas que tornava a riqueza conquistada um bem comum, inclusive em relação aos dominados. Isso porque as cidades somente podem crescer em domínio e em riqueza quando são livres e proporcionam liberdade.

Em Maquiavel, a liberdade é o resultado de um processo de luta que não pode ser extinto, mas apenas entabulado pelas instituições legais. Destarte, para o Pensador Florentino a virtude e a força de uma república advém da *buona ordine*, e não pura e simplesmente da *buona fortuna*: como o exemplo histórico da República Romana atesta, as boas leis são o produto direto do desenvolvimento das discórdias entre o Senado e o povo – as sedições internas foram a condição primordial da liberdade de Roma. Desta forma, Maquiavel reconhece a importância das tensões como um forte indicativo para a manutenção e a expansão do Estado como unidade política capaz de contemplar seus cidadãos com a liberdade.²¹⁶

Em uma cidade que prioriza a riqueza, a distância entre a grandeza da pátria e o interesse individual é menor, pois há uma identificação entre o bem da cidade e o bem do cidadão. Não se trata de uma mera convergência de interesses, mas de uma constituição de interesse comum, que

²¹⁴ ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 38.

²¹⁵ Tendo em vista que o Filósofo possui uma concepção cíclica de história, quando ele recorre ao exemplo romano ele acredita que ele deve servir de paradigma ao caso de Florença, mesmo que as circunstâncias não sejam exatamente as mesmas. Isso será um dos alvos da crítica de Guicciardini ao pensamento maquiaveliano. Maquiavel acredita que o conhecimento histórico por parte daquele que pratica a política seja essencial, ao passo que seu contemporâneo, Guicciardini, irá preconizar a experiência. Em outras palavras, enquanto um julgava ser muito útil ao político a teoria, o outro acreditava ser a experiência prática, muito mais que teórica.

²¹⁶ MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 15-16.

se pode chamar de pátria. No entanto, esse vínculo entre o desejo dos cidadãos e a cidade não pode ser o de querer somente adquirir. Se assim o fosse, o desejo do povo seria igual o dos grandes, razão pela qual o desejo, quando somente se constitui pelo adquirir, pode acarretar no rompimento do tecido político, já que retira de campo o conflito, que é a base do espaço público. No pensamento de Maquiavel, o político não é unidade e nem pode ser. Os tumultos promovidos pelo povo e a dissensão fundamental foram essenciais para que fosse possível originar em Roma as boas leis e a liberdade. As leis que nascem dessa desunião entre os humores são necessariamente promotoras da liberdade.

Isso pode ser evidenciado no fato de que os grandes foram obrigados a reconhecer a plebe como sujeito político devido às agitações populares. A institucionalização das tribunas foi a resposta institucional vislumbrada para resolver os clamores populares.

Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para a segurança da plebe; e [os romanos] ordenaram tanta preeminência e reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres.²¹⁷

Mesmo com todas as conquistas do povo romano surge a questão de quem deveria ser o guardião da liberdade: os patrícios ou a plebe. O bom senso leva a pensar que o guardião de um bem de tamanha importância deve ser aquele que tenha menos interesse em se apoderar dele. Sendo assim, cabe ao povo a guarda da liberdade, na medida em que o seu desejo é essencialmente o de não ser dominado, o que significa que os plebeus possuem maior desejo de viver livre que os grandes de dominar.²¹⁸

Em nível institucional, estar incumbido do dever de guarda da liberdade significa deter a autoridade para, por meio de seus representantes, exercer importantes magistraturas e, em seu exercício, não suprimir ou usurpar a *res publica*. Para tal incumbência, a plebe romana poderia escolher um cônsul originado dela e, ainda, ter seus interesses defendidos por seus representantes nas tribunas, com a possibilidade de fazer frente aos possíveis excessos do Senado. Um exemplo disso é a possibilidade de as tribunas poderem vetar as leis propostas pelo Senado.

Assim, ser guardião da liberdade implicava no direito de exercer o poder político, tanto pela via direta, quanto representativa. A concessão desse direito por parte dos grandes satisfazia o desejo de participação dos plebeus na vida pública.

Diante do exposto, constata-se que o desejo de não ser dominado da plebe não se reduz a um aspecto negativo face ao humor dominador. O que existe é uma dinamicidade que vai além da

²¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 21.

²¹⁸ _____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 23-26.

oposição entre positivo e negativo. Caso se considere essa oposição de humores como algo simples, o político pode se encerrar caso qualquer dos desejos se sobreponha. No entanto, o que se verifica é uma perpetuação das tensões políticas.

Cumprido frisar que não há, nesse caso, uma contrariedade absoluta, ou um desejo que remete a outro indefinidamente. Os humores constituem uma unidade na diferença. O desejo de não ser dominado se traduz em uma exigência de participação política sem se igualar ao desejo de dominar. Essa vontade do povo se presta a refrear os grandes, o que não deve levar à falsa inferência de que os humores são somente positivos, pois caso o fosse, haveria uma sobreposição e conseqüente anulação um do outro, o que também poderia levar ao encerramento do político.²¹⁹

Além disso, esses enfrentamentos devem ter uma forma de resolução ordinária, isto é, por meios institucionais e conforme as leis. Nessas disputas, os adversários devem estar comprometidos com um conjunto de leis que indica um grau de consenso. Caso os mecanismos institucionais não existam ou não sejam capazes de dar conta de solucionar os conflitos, a ordem social pode se romper. Esses mecanismos institucionais asseguram que um grupo, mesmo tendo por objetivo sobrepujar o outro e se instaurar, não o faça, tendo em vista que o fim do conflito político é o fim da própria política e, com isso, impeditivo da liberdade.

Portanto, mesmo sendo o político marcado pelo conflito, essa disputa de humores em Roma deu-se por meios institucionais. Na medida em que o povo vencia as disputas, sua vitória trazia benefícios para a formação republicana, tal como a possibilidade de participar da administração, cargos, etc.

Isso demonstra a confiança depositada por Maquiavel na importância do conhecimento histórico da política, na medida em que é possível tomar fatos passados como paradigmáticos, ainda que as circunstâncias não sejam totalmente as mesmas. A questão da história, do conhecimento da teoria pelo estadista e do conflito são pontos de discórdia entre o pensamento maquiaveliano e o de Guicciardini.

O conflito no pensamento de Guicciardini

Francesco Guicciardini, assim como Maquiavel, foi um dos personagens de maior importância no humanismo cívico, ainda que sua obra não tenha tomado a mesma notoriedade que a maquiaveliana. Esses pensadores foram tomados pelas mesmas inquietações pessoais e viveram o mesmo momento de mudanças dos paradigmas políticos e, inclusive, foram amigos

²¹⁹ ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 41.

peçoais. Guicciardini dedica parte considerável de sua obra para tecer críticas ao pensamento de Maquiavel, em suas *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini*.

Tendo em vista que o humanismo cívico preconizava a vida ativa, Guicciardini dedicou sua carreira à vida pública, tendo sido defensor da liberdade e das instituições republicanas, mas de modo diferente de Maquiavel. A sua definição de um regime livre pode ser traçada como um regime fundado em leis, mas com a participação popular mitigada. Além disso, disputas ou embates políticos, defendidos na obra maquiaveliana, devem ser evitados a todo custo no sistema de pensamento do Guicciardini.²²⁰

Esse caráter negativo que Guicciardini concede ao conflito político pode ser atribuído ao fato de que ele presencia a queda do regime republicano, razão pela qual o seu pensamento tende para a segurança política, que:

(...) passa a ser o objetivo principal da vida política. Salvar a cidade da instabilidade é a tarefa principal de um regime que ele insiste em caracterizar como livre. Se, do ponto de vista institucional, continua a defender a existência de um “Consiglio Grande”, como órgão garantidor da neutralidade dos magistrados e pacificador das disputas internas, a participação popular ampla na política passa a ser vista como a mais terrível ameaça para a sobrevivência de Florença (...). O regime republicano passa, então, a ser concebido como uma oligarquia moderada na qual, sem excluir completamente o povo, as principais funções de Estado pertencem necessariamente à aristocracia.²²¹

Guicciardini deve ser estudado como um humanista mais realista que Maquiavel, principalmente quanto ao fato de o pensamento maquiaveliano recorrer ao exemplo romano, o que Guicciardini discorda veementemente. Seu interesse está em um esforço analítico, realista e direto de colocar o modelo maquiaveliano de amigo-inimigo em questão.²²²

Guicciardini, que por vezes será apresentado como um maquiaveliano “mais consequente, um realista mais coerente, no limite do cinismo”, com suas *Considerazioni* estará em frequente contraponto com o pensamento de Maquiavel – em especial, como se verá, naquilo que tange à afirmação das discórdias civis como fonte da liberdade da República Romana. Assim, comentando algumas das teses centrais do republicanismo maquiaveliano, Guicciardini parece fazer uso da forma literária (...) contra o republicanismo mais “acadêmico” do que “prático”, mais “contemplativo” do que “ativo”, característico dos *Discorsi*.²²³

No entanto, não é correto inferir que o pensamento de Guicciardini seja uma mera crítica ao de Maquiavel. Sua filosofia política articula um modo de associar o conhecimento histórico do

²²⁰ MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 64-65.

²²¹ BIGNOTTO, Newton. Nota Metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel. *Revista Discurso do Departamento de Filosofia da USP*, v. 29, p. 111-131, 1998, p. 120.

²²² BERARDI, Gian Franco. Introduzione. In *Francesco Guicciardini: Antimachiavelli*. Roma: Riuniti, 1984, p. 12.

²²³ MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 65-66.

passado, a experiência do político e a forma de ler coerentemente as circunstâncias políticas do presente, de modo a realizar a ação política do melhor e do mais virtuoso modo possível.

Antes de tratar, diretamente, as questões relativas ao conflito político, cumpre fazer algumas distinções acerca do pensamento dos referidos autores. Nesse sentido, o pensamento de Guicciardini é marcado, principalmente, pelos seguintes elementos que se contrapõem ao pensamento de Maquiavel: 1) defesa de uma república de caráter aristocrático, com a participação popular mitigada; 2) atribuição de maior importância à experiência política que ao conhecimento da história e da teoria; 3) a crença de que a história não retorna e que os fatos são singulares no tempo, razão pela qual o recurso ao passado não serve muito às ações do presente; 4) o político deve analisar as circunstâncias particulares de sua cidade para propor soluções; 5) o conflito deve ser evitado na política, não havendo possibilidade de ele assumir um caráter positivo.

Assim, o conflito no pensamento político de Guicciardini articula-se de modo distinto da proposta de Maquiavel. Sendo o primeiro contemporâneo do segundo, vale dedicar um capítulo deste artigo para contrapor o pensamento dos pensadores florentinos quanto ao papel que os enfrentamentos ocupam na teoria republicana. Para tanto, serão utilizados, principalmente, os seguintes escritos: *O Discorso de Logrogno*; *O Dialogo del Reggimento di Firenze*; *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini*.

O problema do conflito político é tratado pelos autores de modo antagônico no decorrer de suas obras. Isso porque, Maquiavel, nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, propõe uma teoria extremamente inovadora, na qual a paz, que era um tema defendido quase dogmaticamente entre os medievais, é questionada como condição de possibilidade para a vida política. Então, quando Maquiavel defende que o conflito de humores foi o motivo da grandeza romana, ele rompe com a tradição. Entretanto, Guicciardini parece integrar, quanto a este ponto, a tradição. Ele afirma, de forma incisiva, que não foram os conflitos ou a desunião entre o povo e os grandes que fizeram de Roma uma potência, porque o melhor seria que as desuniões tivessem sido evitadas.²²⁴

Além disso, Francesco Guicciardini preconiza a experiência política em relação ao conhecimento da história. O político que realmente irá fazer o bem à sua cidade não é aquele que se vale do paradigma romano, na medida em que os recursos argumentativos aos exemplos de Roma não passam de retórica, mas aquele que avalia as circunstâncias concretas, com base em sua experiência e virtude, age da melhor forma possível para aquele acontecimento singular. A

²²⁴ BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e realismo: Um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 172-173.

história não se repete e o recurso a ela pode não pode ser a resposta aos problemas da república.²²⁵

Assim, enquanto Maquiavel busca uma “identidade real”, que se mantém na história mesma quando parece haver certas diferenças, Guicciardini se prende nas diferenças substanciais, que poderiam, inclusive, comprometer a comparação e a analogia entre o passado e o presente. Com a relação de suas *Considerazione*, Guicciardini tem ocasião de experimentar concretamente o próprio método, que consiste em apontar para a importância de cada caso particular – trata-se antes de explicar as diferenças que podem existir entre duas situações do que de explicar os pontos comuns entre elas.²²⁶

Pocock, em *The Machiavellian Moment*, elucida bem o combate de Guicciardini em relação ao exemplo de Roma e sua defesa da necessidade de se manter o corpo político uno, sem a ocorrência de conflitos. Para o humanista, não foi a presença de dois humores que fez com que houvesse participação política popular, mas o que de fato ocorreu foi que a república romana ainda era pequena e começava a se institucionalizar, assim, quando os patrícios negaram a participação da plebe nos assuntos de estado e houveram tumultos, estes poderiam ter sido evitados.²²⁷

Ligar a participação política à questão do conflito seria, para Guicciardini, um equívoco, porque a exclusão da plebe nos assuntos de estado era um problema, que foi observado e sanado a tempo. Os grandes, com as rebeliões e pressões políticas, fizeram constantes concessões, possibilitando a participação dos plebeus, mas devido ao fato de que se encontravam em menor número. O florentino defende que o conflito poderia ter sido evitado se a participação houvesse sido proporcionada desde o princípio.²²⁸

Não foi, portanto, a desunião entre a plebe e senado que fez Roma livre e poderosa, porque melhor teria sido que não tivesse havido ocasião de desunião. Nem foram úteis estas sedições, e muito mais útil à sua grandeza foi os patrícios cederem logo sua vontade à vontade da plebe, do que se eles tivessem começado a pensar um modo de não precisar da plebe. Mas louvar a desunião é louvar, em um doente, a doença, por causa da boa qualidade do remédio que lhe foi ministrado.²²⁹

Assim, partindo da tese da unidade política, sem oposição de humores, Guicciardini propõe que um dos mais importantes elementos do corpo político uno é a virtude da prudência, sendo ela o centro de todo o sistema. Com isso, cabe frisar que sua proposta é a constituição de

²²⁵ BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e realismo*, p. 174.

²²⁶ MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 67.

²²⁷ POCOCK. Rome and Venice. B) Guicciardini's *Dialogo* and the Problem of Aristocratic Prudence. In: *The Machiavellian Moment*, 1975, p. 219-271.

²²⁸ _____. *Rome and Venice*, p. 245-247.

²²⁹ GUICCIARDINI, Francesco. Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini. In: VIVANTI, Corrado (a cura). *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio seguiti alle Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini*. Torino: Giulio Einaudi, 2000, p. 334.

uma república aristocrática, não uma oligarquia, razão pela qual o todo o Estado se constitui em torno da virtude e os cargos deverão ser exercidos conforme a pura meritocracia, mas sem o fechamento em classes políticas.

Guicciardini não desconsiderava o elemento “povo” em seu pensamento. Assim, mesmo que sua construção teórica seja de caráter aristocrático, ela ainda é republicana, motivo pelo qual toda a ação política será desempenhada sob a chancela popular. A liberdade da elite virtuosa é ter sua virtude reconhecida por aqueles que são governados, ao passo que a liberdade da plebe (maioria) é para assegurar que haja virtude nas ações e decisões políticas, fiscalizando a elite, sem nunca recorrer a tumultos ou medidas que ensejem conflitos.²³⁰

Sintetizando a proposta de Guicciardini: uma forma de governo mista, que seja constituído em torno da virtude da prudência; uma elite virtuosa, que ascendeu por meritocracia e que, somente assim, governará; um povo que fiscalize essa elite. Haveria o Conselho Grande, cuja função seria de assegurar a liberdade e fazer com que mutações malélicas ao sistema política da cidade não ocorressem. Assim, eventuais propostas de leis elaboradas pelo Senado deveriam passar pelo crivo do Conselho Grande, que poderia vetá-las caso ameaçassem a liberdade ou o sistema republicano. O Senado, cujos membros seriam vitalícios e escolhidos pelo Conselho Grande, teria atribuições legislativas. Haveria, ainda, o líder político, *gonfaloniere*, que seria eleito em um processo democrático denso e indireto, no qual prevaleceria a pura meritocracia, sem que questões de facções ou rixas políticas intervissem nesse processo.²³¹

A virtude e a habilidade para lidar com as questões de estado seriam adquiridas por meio da experiência. Não bastaria que o indivíduo conhecesse a filosofia e a história se ele não fosse capaz de analisar as circunstâncias específicas da cidade. Assim, Francesco Guicciardini não somente não deixa espaço para o conflito, como também o expurga do cenário público. O corpo político não poderia ser dividido e, portanto, os enfrentamentos não fariam parte da vida em sociedade. Propostas como a de Maquiavel seriam meramente retóricas ou pouco realistas.

Quanto à análise dos *Discorsi* de Maquiavel e nas *Considerazioni* de Guicciardini pode-se constatar:

Assim Guicciardini, nas *Considerazioni*, extrai da história uma lição de prudência que o fará desconfiar das soluções extremas do Secretário Florentino Maquiavel, defenderá também o governo misto, mas, com ele, a acepção clássica desta forma de governo será significativamente alterada. Não se trata mais, como em Maquiavel, de afirmar divisões da cidade no registro de uma dinâmica positiva, mas sim de temperá-la dotando cada uma delas do poder de

²³⁰ POCOCK. Rome and Venice, p. 149-254.

²³¹ _____. Rome and Venice, p. 254-255.

controlar as demais. Em um tal governo, o lugar predominante deve ser entregue às grandes famílias da cidade; o senado, na medida em que seja formado por homens bem nascidos e experientes politicamente, é quem deve deter realmente o poder. Ao povo, reunido em um conselho, cabe a tarefa de sancionar as decisões e de nomear os magistrados. Por fim, ainda deve haver um personagem que faça as vezes de um príncipe eleito e cuja função será a de conferir unidade e continuidade à política da cidade.²³²

Dessa forma, sendo a realidade política uma complexa trama de relações de poderes e institucionais, toda e qualquer ruptura neste equilíbrio político e constitucional deve ser evitada a qualquer custo.

Considerações Finais

Diante do exposto, contatou-se algumas distinções entre o pensamento republicano de Maquiavel e Guicciardini. Ainda que ambos preconizem a vida ativa em detrimento da vida contemplativa, o que mostra um rompimento em relação à tradição medieval, as dissonâncias de suas propostas políticas quanto ao conflito se mostram patentes.

Foi possível examinar que Maquiavel considera o conflito político essencial à liberdade e à república. Somente com o embate entre os grandes e a plebe pode-se chegar à grandiosidade, como se constata em Roma, onde o povo, por meio de ações e pressões públicas, fez com que as classes superiores cedessem. Os tumultos ocasionados pela plebe fizeram com que os patrícios viabilizassem participação política popular e ocupação dos altos cargos e magistraturas. O recurso ao exemplo romano decorre de uma crença na repetibilidade dos fatos históricos, razão pela qual o estadista deveria conhecer os fatos passados em sua profundidade.

Já em Guicciardini, foi possível observar que o conflito assume um caráter prejudicial à vida política. Isso porque o corpo social deve se manter uno, pois os efeitos de lutas e conflitos, devido ao fato de não serem previsíveis, podem levar à cisão radical do tecido político. O elemento que pode sustentar tal unidade é a virtude da prudência, detida por uma elite experiente e capaz de lidar com os assuntos de estado sem a participação direta dos plebeus. Eventuais recursos ao exemplo romano não passam de artifícios retóricos, além de um mascaramento das circunstâncias específicas dos fatos e acontecimentos políticos.

Portanto, sua visão de um estadista ideal é a de um homem que seja experiente e que, acima de conhecer a teoria, saiba analisar a particularidade de cada fato sem se prender ao passado, tendo em vista que a história não se repete.

Recebido em: 19/11/2013

Aceito em: 13/04/2014

²³²MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 81.